



Resumo Executivo Relatório

A influência política da indústria do tabaco: a erosão do Artigo 5.3 na América Latina e no Caribe

Síntese dos casos do Brasil

* Para mais informações, consulte o relatório completo em inglês.

** Esta síntese de casos foi atualizada com alguns detalhes adicionais para divulgação.

Disponível em: <https://corporateaccountability.org/tobacco/>

Este relatório analisa a influência política das corporações transnacionais do tabaco na América Latina e no Caribe, com foco nas estratégias utilizadas pela indústria do tabaco para acessar e influenciar instituições públicas. Abrangendo oito países – Argentina, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Nicarágua e Panamá – o documento se baseia em fontes públicas confiáveis, como comunicações oficiais, cobertura da mídia, relatórios da sociedade civil e conteúdos institucionais publicados em redes sociais entre 2019 e 2025.

No centro da análise está o princípio consagrado no Artigo 5.3 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT da OMS), que obriga as Partes a proteger as políticas de saúde pública dos interesses comerciais e de outros interesses da indústria do tabaco. Os achados revelam um enfraquecimento sistemático dessa obrigação em toda a região. Por meio de acordos formais, parcerias simbólicas, iniciativas de fiscalização público-privada e de estratégias narrativas centradas no comércio ilícito, na inovação e na contribuição econômica, a indústria tem normalizado sua participação nos espaços de formulação de políticas em todos os níveis de poder e governança.

Mesmo em países que ratificaram a CQCT da OMS (Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Nicarágua e Panamá), autoridades executivas de alto nível, missões diplomáticas, órgãos aduaneiros e governos subnacionais têm se envolvido em práticas contrárias às diretrizes do Artigo 5.3 da CQCT da OMS. Enquanto isso, em países que não aderiram ao tratado, como Argentina e República Dominicana, a ausência de compromissos vinculantes permitiu à indústria do tabaco obter um acesso institucional ainda mais profundo – muitas vezes sob o pretexto de ou desenvolvimento econômico.

O relatório conclui que a invisibilidade ou baixa priorização do Artigo 5.3 da CQCT da OMS no discurso político nacional – especialmente fora da área da saúde – tem favorecido a captura regulatória e reduzido a efetividade da Convenção. Entre as recomendações, destaca-se o fortalecimento dos mecanismos de transparência, a divulgação proativa das interações com a indústria e o engajamento de setores mais amplos – incluindo ministérios de relações exteriores, finanças e comércio – na implementação do Artigo 5.3 da CQCT da OMS. O documento também aponta a necessidade de reforçar a aplicação do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, instrumento complementar ao Artigo 5.3, para assegurar que as ações de fiscalização permaneçam livres de influência comercial.

Missões Diplomáticas

Em fevereiro de 2024, durante 10ª Conferência das Partes (COP10) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, realizada no Panamá, um grupo de parlamentares de regiões produtoras de tabaco do sul do Brasil atuou junto à delegação brasileira paratentar influenciar as negociações realizadas pelo Brasil na conferência. Para atender a demanda do setor, o grupo participou de sessões diárias de debriefing organizadas pela Embaixada do Brasil no Panamá, conduzidas pelo embaixador Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, responsável por chefiar a delegação brasileira na COP.

Em uma dessas reuniões também estiveram presentes representantes da cadeia produtiva do tabaco como Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA), apesar de críticas contundentes à delegação brasileira feitas pelo presidente da ITGA (Gatehouse,¹ 2024), (ACT Promoção da Saúde et al.,2025).A pressão do setor no governo brasileiro ocorreu nos meses anteriores à conferência, por meio de encontros com representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. A partir dessas reuniões representantes das pastas pressionaram o Ministério da Saúde a evitar a adoção de posições consideradas prejudiciais à indústria do tabaco (Joio e o Trigo, 2024).²

Em 28 de outubro de 2024, Flávio Bettarello, secretário-adjunto da Embaixada do Brasil na Espanha, organizou um evento em Madri focado na promoção do tabaco brasileiro. A iniciativa faz parte de uma estratégia mais ampla para reforçar o status do país como principal exportador mundial de tabaco, aprofundando os laços comerciais com o mercado espanhol. Durante o evento, César Ricardo, representante do setor tabagista espanhol, destacou a competitividade dos produtos de tabaco brasileiro, mesmo diante de restrições regulatórias – evidenciando o papel ativo da embaixada na promoção internacional da indústria (RTVE, 2024).³

Em 31 de janeiro de 2025, a embaixadora da Romênia no Brasil, Monica-Mihaela Știrbu, reuniu-se com representantes da Philip Morris International para discutir a agenda de produtos denominados “livres de fumaça” da empresa, conhecidos como dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) A conversa centrou-se no suposto compromisso da PMI em reduzir os impactos do tabagismo na saúde e promover a transição para “alternativas sem fumaça”. A empresa apresentou a Romênia como um suposto exemplo de sucesso, citando investimentos recentes em tecnologias inovadoras, facilitados por um “marco regulatório coerente”, segundo a própria companhia. A conversa também abordou possíveis áreas de colaboração entre Romênia e Brasil (Diplomacia Business, 2025).⁴

Em 8 de maio de 2025, Gilson Becker, prefeito de Vera Cruz, Rio Grande do Sul, e presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco)⁵ – reuniu-se com o embaixador do Brasil em Genebra, Tovar da Silva Nunes, para defender os interesses do setor do tabaco antes da 11ª Conferência das Partes (COP11) da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco

1. Gatehouse, Tom (2024). Brazilian Delegation Meets Tobacco Industry Associations During COP, in COP10 Bulletin Day 5. Global Alliance for Tobacco Control

2. Bronoski, Bruna. (2024, February 1). Proibidos de entrar, parlamentares forçam interferência da indústria do tabaco na COP 10. O Joio e O Trigo. <https://ojoioetrigo.com.br/2024/02/parlamentares-interferencia-industria-tabaco-cop-10/>

3. RTVE. (2024, October). Brasil quer aumentar exportação de tabaco para Espanha [Audio broadcast]. <https://www.rtve.es/play/audios/emissao-em-portugues/brasil-quer-aumentar-exportacao-tabaco-para-espanha/16307482/>

4. Diplomacia Business. (2025). Embaixadora da Romênia tem reunião na PMI. <https://www.diplomaciabusiness.com/embaixadorada-romenia-tem-reuniao-na-pmi/>

5. Amprotabaco (2023) Amprotabaco: a rede de prefeitos na defesa da indústria do fumo <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001487.pdf>

(CQCT) . A Amprotabaco, uma rede de prefeitos de municípios produtores com histórico de defesa das posições da indústria, apresentou preocupações sobre o comércio ilícito, a regulação dos cigarros eletrônicos e a importância econômica da produção de tabaco, destacando que mais de um milhão de brasileiros dependem do setor para sua subsistência. Com a presença de representantes de grandes grupos da indústria, o grupo buscou influenciar a posição do Brasil nas negociações. O presidente da Amprotabaco afirmou: “O embaixador comprometeu-se a buscar mais informações e trabalhar para garantir que a posição do Brasil na COP11 não imponha novas restrições à cadeia produtiva do tabaco” (Agrolink, 2025).

De acordo com telegrama oficial obtido via Lei de Acesso à Informação pela ACT Promoção da Saúde (CGU,2025)⁶, representantes da cadeia produtiva do tabaco defenderam, durante o encontro, os supostos impactos positivos da produção de tabaco para a economia, o meio ambiente e os pequenos agricultores. O grupo solicitou que o Brasil mantivesse canais de diálogo com o setor produtivo durante as negociações da COP11 e da MOP4, além de não apoiar medidas que pudessem resultar em compromissos formais para a redução do cultivo de tabaco – tema que, segundo o próprio documento, não estava em pauta na COP (ACT Promoção da Saúde, 2025) <https://actbr.org.br/monitor/por-tras-dos-lucros-ed-02/>.

Além da reunião realizada em maio, houve um segundo encontro entre representantes políticos ligados ao setor fumageiro e a diplomacia brasileira em Genebra, desta vez em 10 de novembro de 2025. Na ocasião, o deputado estadual Marcus Vinícius reuniu-se com o embaixador do Brasil na Suíça, Tovar da Silva Nunes para discutir as restrições impostas à participação de parlamentares na COP11. O parlamentar esteve acompanhado do deputado federal Pedro Westphalen e do secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Edivilson Brum, reforçando a atuação articulada de autoridades políticas de estados produtores de tabaco junto à representação diplomática brasileira. O encontro foi divulgado pelo próprio deputado Marcus Vinícius em suas redes sociais, indicando uma estratégia pública de aproximação com a delegação brasileira durante o processo preparatório da COP11.

Ao longo de quatro dias da COP11, um grupo de pelo menos 39 pessoas ligadas à cadeia produtiva do tabaco viajaram até Genebra para pressionar pelo acesso à conferência e tentar interferir no posicionamento do Brasil durante as negociações. O grupo que defende o setor teve três reuniões durante a semana da COP11 com a Embaixada do Brasil. Eles defenderam posições alinhadas aos interesses do setor, incluindo a defesa da regulamentação dos DEFs, possível proibição dos filtros de cigarros e contestaram as limitações de acesso da indústria às negociações internacionais.. Devido a implementação de um protocolo de interação nas COPs e MOPs pela Conicq, a Embaixada teve maior cautela nas interações com o setor (ACT Promoção da Saúde, 2026).

6. Controladoria-Geral da União (CGU) (2025). Pedido de Acesso à Informação - BuscaLAI. <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetailPedido?id=8940403>

Congresso Nacional e autoridades estaduais

Em 9 de julho de 2025, deputados aliados do setor organizaram uma audiência pública na Câmara dos Deputados para mobilizar apoio político e da indústria antes da COP11. O evento destacou “a relevância econômica, social e cultural da produção de tabaco”, especialmente nos pequenos municípios do sul do Brasil, e defendeu uma abordagem “equilibrada” por parte da delegação brasileira nas próximas negociações internacionais.

O Governo do Rio Grande do Sul atuou no contexto da COP11, em Genebra, mobilizando autoridades estaduais para defender os interesses da cadeia produtiva do tabaco gaúcho. O secretário da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, Edivilson Brum, declarou em entrevista à Rádio Terra que foi designado pelo governador para representar o estado na COP11, com a missão de defender a cadeia produtiva do tabaco. Vilson Covatti também viajou a Genebra, representando a Secretaria de Desenvolvimento Rural. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite afirmou que o Estado esteve presente na COP11 para assegurar que a voz dos produtores rurais fosse respeitada nas discussões internacionais.⁷

A partir de requerimentos dos deputados federais Rafael Pezenti e Heitor Schuch apresentou em julho, uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados com o tema “A posição do Brasil na COP 11 em Genebra” com duração de três horas e mais de 30 manifestações. Durante a audiência, o deputado Heitor Schuch propôs que o Brasil não enviasse delegação à COP11, questionando a forma de condução da CQCT no país. O deputado Marcelo Moraes, em apoio à proposta, propôs a extinção da Conicq (Gazeta do Sul, 2025).⁸ Entre julho e agosto de 2025, parlamentares aliados à cadeia produtiva do tabaco apresentaram 13 requerimentos de informação a diferentes ministérios sobre o posicionamento do Brasil na COP11. Os pedidos, feitos por deputados de diferentes partidos e estados, foram encaminhados a pastas como Saúde, Fazenda, Agricultura, e Trabalho. Os requerimentos focaram principalmente nos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), associando sua eventual regulamentação à geração de empregos, arrecadação tributária e proteção da renda de produtores de tabaco. Em resposta, os ministérios afirmaram que não possuíam posições autônomas sobre o tema e que as decisões eram definidas de forma consensual no âmbito da Conicq.

7. Agrolink. (2025). Embaixada da Suíça abre o diálogo com cadeia produtiva do tabaco. https://www.agrolink.com.br/noticias/embaixada-da-suica-abre-o-dialogo-com-cadeia-produtiva-do-tabaco_501855.html

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2025, November 19). Comitativa gaúcha tem reunião com representantes do Brasil que participam da COP11, em Genebra. <https://estado.rs.gov.br/comitativa-gaucha-tem-reuniao-com-representantes-do-brasil-que-participam-da-cop11>

Folha do Mate. (2025, November 7). “O RS estará na COP-11 para garantir que a voz do produtor seja respeitada”, afirma Eduardo Leite. <https://folhadomate.com/noticias/o-rs-estara-na-cop-11-para-garantir-que-a-voz-do-produtor-seja-respeitada/>

8. Gazeta do Sul (2025). Em defesa do tabaco, participação do Brasil na COP-11 é debatida e pode não ocorrer. <https://www.gaz.com.br/em-defesa-do-tabaco-participacao-do-brasil-na-cop-11-e-debatida-e-pode-nao-ocorrer/>

■ Créditos

Autores:

Jaime Arcila

Daniel Dorado

Assessora de pesquisa e editora:

Ashka Naik

Contribuições editoriais adicionais:

Anita Carter, Ari Rubenstein, Daniela Valdivieso, Lizzie McQuillan e Keltie Vance.

ACT Promoção da Saúde

Anelize Moreira

Coordenação:

Corporate Accountability – Programa para a América Latina

Campanha de Controle do Tabaco

Design:

Abigail Villaseñor Ortega

Data:

Dezembro de 2025

Agradecimentos:

Este relatório foi possível graças ao apoio financeiro do *Tobacco Control Research Group (TCRG)*, do Department for Health da University of Bath. Agradecemos a Raouf Alebshehy, Tom Gatehouse e Hala Alaouie pela assessoria técnica na preparação deste documento.

Citação sugerida:

Arcila, J. & Dorado, D. *A influência política da indústria do tabaco: a erosão do Artigo 5.3 na América Latina e no Caribe*. Corporate Accountability. Dezembro de 2025.

Declaração de isenção de responsabilidade:

Este relatório baseia-se exclusivamente em informações de acesso público. A Corporate Accountability, juntamente com todos os autores, editores e revisores deste documento, declara não ter conflitos de interesse com a indústria do tabaco, seus representantes ou afiliados.

Para mais informações:

tobaccocampaign@corporateaccountability.org

<https://corporateaccountability.org/tobacco/about-our-tobacco-campaign/>

